

MARIA INÊS BERNARDI DA CUNHA

O LEGADO DAS ESCOLAS DOS IMIGRANTES ITALIANOS PARA A HISTÓRIA
DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CAMPINAS, 2006

© by Maria Inês Bernardi da Cunha, 2006.

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA:	709 232
V:	EX:
TOMBO:	3131
PROC:	145109
C:	D: X
PREÇO:	
DATA:	27/03/07
Nº CPD:	

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

C914L Cunha, Maria Inês Bernardi da
O legado das escolas dos imigrantes italianos para a história da educação brasileira / Maria Inês Bernardi da Cunha. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientadores : José Claudinei Lombardi.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1.Educação – Brasil - História. 2.Imigrantes italianos. 3. Escolas. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-806-BFE

Maria Inês Bernardi da Cunha

O legado das escolas dos imigrantes italianos para a história da educação brasileira

Monografia apresentada à
Faculdade de Educação da
UNICAMP, para obtenção do
diploma do Curso de Pedagogia,
sob orientação do Prof. Dr. José
Claudinei Lombardi

Campinas, 2006

Comissão Julgadora:

José Claudinei Lombardi

Mara Regina Martins Jacomeli

Novembro, 2006

DEDICO...

À minha mãe, Cícilia, que sempre teve esperança e fé em Deus e nunca mediu forças, dedicando sua vida para educar a mim e meus irmãos, mesmo diante da grande dificuldade enfrentada devido à ausência física de meu pai.

Ao meu irmão, Antonio Carlos, pelo incentivo e ajuda em momentos difíceis.

Ao meu pai, Euclides (*in memoriam*) que apesar de sua breve permanência neste plano, ensinou-me que qualquer objetivo, independentemente de quão difícil este seja, pode ser alcançado através de estudo e força de vontade.

OFEREÇO...

À minha irmã Márcia, que apesar de ter estado distante do Brasil mantém-se constante e presente, trazendo esperança e força para que prossigamos com fé na busca pelo futuro e realização dos nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos conduz na estrada da vida, repleta de curvas sinuosas, para que saibamos dar mais valor ao esforço e apoio de pessoas ao nosso redor...

Ao professor José Claudinei Lombardi, que desde o início acreditou em minhas potencialidades e sempre esteve disponível, partilhando todo seu conhecimento e sempre oferecendo ajuda.

À professora Mara Regina Martins Jacomeli pela leitura atenciosa e pelas sugestões apresentadas

Aos amigos Adriana, Joice, Luciana, Murilo, Sandra e Shirley, com vocês, a vida fica mais alegre e repleta de esperança em um mundo com seres humanos que valorizam a verdadeira amizade.

Aos queridos “mestres”, exemplos de dedicação que foram fundamentais na minha formação acadêmica e pessoal.

Aos funcionários da Faculdade de Educação, pelo desprendimento e atenção no atendimento de tantos pedidos.

Meus sinceros agradecimentos!

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Paulo Freire

Resumo

Em geral, os autores que se propuseram a escrever a história dos imigrantes italianos no Brasil e, especificamente, em São Paulo, preocuparam-se em abordar os diversos aspectos que envolviam o ato de emigrar. Esses estudos relatam e analisam, na grande maioria, a vinda de imigrantes desde sua saída da Europa, a viagem em péssimas condições de higiene, a chegada em Santos e sua estada na Hospedaria dos Imigrantes.

Sendo assim, a questão da imigração italiana para o Brasil tem sido objeto de muitos estudos de natureza diversa e em sua maioria, tais estudos a tem tratado na perspectiva mais abrangente, ou seja, a de enfocá-la sob o ponto de vista dos elementos que concorreram para que esse fenômeno adquirisse proporções tão peculiares no Brasil.

Entretanto, a imigração italiana no Brasil não é somente um fato histórico de conotação econômica, mas é, também, um acontecimento social com certas características a partir da inserção de populações italianas na sociedade e cultura brasileira, num momento conflituoso da história brasileira que vivenciava uma fase de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Deste modo, no final do século XIX e início do século XX, imigrantes italianos radicados no interior do Estado de São Paulo, organizam-se para a criação de escolas mostrando a importância da participação italiana na história da educação brasileira. Porém, percebeu-se uma lacuna na literatura da história da educação, quanto às contribuições promovidas por essas escolas. Assim, o objetivo desta pesquisa foi elucidar as contribuições educacionais dos imigrantes italianos e compreender o papel destas escolas, no período de 1885 a 1920, nas cidades de Campinas, Santa Bárbara d'Oeste, Jundiaí e Nova Odessa.

Estudou-se pressupostos teóricos da pesquisa historiográfica e trabalhos sobre a imigração italiana, sobre o sistema educacional brasileiro e sobre as escolas de tais imigrantes no país, buscando verificar o papel da educação. Esse embasamento teórico norteou a pesquisa documental realizada, junto a vários órgãos que possuem acervos e materiais diversos. A trajetória através da historiografia sobre a imigração e sua educação nos tem mostrado que pouco sabemos acerca dos empreendimentos realizados no campo educacional. Assim, este estudo deve contribuir no apontamento de caminhos e perspectivas de análise para a história da educação e da imigração.

Palavras-chave: História da educação-Imigração italiana-Escolas

Índice

	Páginas
<u>Introdução</u>	11
<u>O tema, o objetivo da pesquisa e as dificuldades</u>	11
<u>A documentação</u>	14
<u>Capítulo 1- A decisão pela emigração</u>	15
<u>1.1 Processos geradores da emigração no final do século XIX e início do XX</u>	17
<u>1.2 Itália e o processo emigratório</u>	19
<u>Capítulo 2- A Imigração italiana para o Estado de São Paulo</u>	22
<u>2.1 A expansão da cafeicultura em São Paulo e a construção de uma nova vida no Brasil</u>	23
<u>2.2 Imigrantes italianos em Campinas</u>	26
<u>Capítulo 3- Iniciativas educacionais criadas pelos imigrantes italianos nos centros urbanos</u>	29
<u>3.1 O Circolo Italiani Uniti de Campinas</u>	30
<u>3.2 Construção e consolidação do <i>Circolo Italiani Uniti</i></u>	35
<u>3.3 A escola do <i>Circolo Italiani Uniti</i></u>	39
<u>Capítulo 4- Iniciativas educacionais criadas pelos imigrantes italianos nos centros rurais</u>	48
<u>4.1 Núcleos coloniais paulistas</u>	49
<u>4.2. Escolas para os imigrantes instalados no meio rural</u>	51
<u>5. Considerações Finais</u>	57
<u>6. Referências</u>	59

Introdução

O tema, o objetivo da pesquisa e as dificuldades

A questão da imigração italiana para o Brasil tem sido objeto de muitos estudos de natureza diversa. Em sua maioria, tais estudos a tem tratado na perspectiva mais abrangente, ou seja, a de enfocá-la sob o ponto de vista dos elementos que concorreram para que esse fenômeno adquirisse proporções tão peculiares no Brasil.¹

Como cenário para efetivação da imigração italiana em nosso país, a fazenda e o café aparecem como grande fio condutor que sustenta o enredo da maioria das narrativas históricas. O café representou importante elemento de atração para a maioria dos imigrantes que desejaram reconstruir suas vidas na América, uma vez que na Itália a emigração transformou-se na solução de seus problemas conjunturais mais imediatos, tornando-se a maior fornecedora de mão de obra barata do século XX, principalmente para os países que passavam pela transição escravidão para o trabalho livre. Para alguns autores como PETRONE (1985) e HUTTER (1972) a imigração só foi possível porque o café existiu. A grande maioria de estudos que retrata tal temática trouxe à tona as diversas formas de relações que foram estabelecidas entre fazendeiros e imigrantes. As relações de exploração do trabalho nas quais os imigrantes foram colocados a situações de mando e de subserviência representando assim, a continuidade da mentalidade social escravocrata do período.

As dificuldades das fontes e dos dados encontrados nos arquivos nos levaram a enveredar por caminhos que até então não havíamos traçado. Pensávamos inicialmente, em elucidar as contribuições educacionais dos imigrantes italianos na cidade de Santa

¹TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel, 1989 e CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2003.

Bárbara d'Oeste, no período de 1885 a 1920, buscando resgatar as iniciativas educacionais criadas por estes imigrantes no contexto educacional da época já referida. Entretanto, à medida que íamos enveredando pelos arquivos, as colônias dos imigrantes italianos na cidade de Santa Bárbara pouco ou em nada apareciam. Mas impunham-se dados referentes à colônia italiana em Campinas, a criação do *Circolo Italiani Uniti* de Campinas e aos núcleos coloniais Nova Odessa e Barão de Jundiá, importantes núcleos de imigrantes italianos, que podem auxiliar no desenvolvimento da pesquisa, na elucidação das práticas educativas criadas por estes imigrantes em nosso país.

Diante disso, este estudo tem como propósito geral resgatar as contribuições educacionais dos imigrantes italianos e compreender o papel destas escolas, no período de 1885 a 1920, na região de Santa Bárbara d'Oeste, Campinas e nos núcleos coloniais de Nova Odessa e Jundiá. Buscando assim, auxiliar no preenchimento desta lacuna existente na história educacional do país.

A delimitação do período de 1885 a 1920 se explica em razão de que nele são intensificadas as discussões em torno de políticas imigratórias, culminando com a efetivação das mesmas principalmente a partir de 1886, quando intensifica-se a afluência de imigrantes italianos no Brasil², intensificando-se nos fins dessa década e nos primeiros anos do século XX.

Os imigrantes italianos vindos para o Brasil a partir de 1870, fixaram-se em centros urbanos (capital e interior), em fazendas de café e em núcleos coloniais organizados pelos governos federal e estadual. Essa vinda resultou da política imigratória que:

² MORTARA, Giorgio. A imigração italiana no Brasil e algumas características demográficas do grupo italiano em São Paulo. São Paulo, *Revista Brasileira de Estatística*, n. 42, p-323-336, 1950.

oscilou, desde a época joanina até os anos 80 do século passado, entre o desejo de alguns liberais do Império em trazer pequenos proprietários com vistas ao povoamento das regiões sulinas, e com isso sustar a cobiça dos vizinhos platinos sobre a região, e o desejo dos grandes fazendeiros em manter uma política agrária calcada na grande propriedade e na agricultura de exportação. Neste último caso, para que isso se consolidasse, era imperativa a oferta de farta mão-de-obra, fosse ela alimentada pela entrada de escravos, como ocorreu até meados do século passado, ou por imigrantes pobres, cujo destino seria substituir os negros nas plantações de café, e não o de se tornarem pequenos proprietários (ALVIM, 1999, p.384).

Essa mesma autora ainda nos mostra que:

o embate entre essas duas posições passou por outras justificativas, como branqueamento da raça, a necessidade de forjar uma nação mais civilizada e de construir um país no qual o binômio senhor/escravo fosse amenizado com a introdução de pequenos proprietários (ALVIM, 1999, p.384).

Isso nos atenta ao fato que embora a imigração italiana represente um fato conseqüente de política migratória, ela deixa de ser sem sombra de dúvida um fenômeno de conseqüências sociais diversas.

No processo de convivência social, os imigrantes italianos além de se relacionarem socialmente através do trabalho, realizaram modos de organização social. A escola e as associações são exemplos desse tipo de organização que se constituíram como formas de relacionamento e convívio na nova sociedade.

No cenário de realizações educativas, que resultam de formas de como os imigrantes vão se organizando na sociedade brasileira e paulista em particular, meninos e meninas vão sendo submetidos num processo de escolarização formal que visa antes de tudo, inculcar-lhes valores de respeito e veneração à Pátria de origem.

A documentação

As fontes consultadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo (São Paulo), no Arquivo do Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-Campinas), no Arquivo Edgard Leuenroth (Campinas), Arquivo Histórico da Fundação Romi (Santa Bárbara), Biblioteca do Instituto Agrônômico de Campinas (Campinas) e na Biblioteca da Casa de Saúde de Campinas foram muito importantes na realização do trabalho constituindo-se de informações de caráter oficial, como as dos relatórios da Secretaria da Agricultura e a legislação paulista concernente à imigração, os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo como também de caráter não oficial, tais como as notícias coletadas pela imprensa da época e resoluções postas nos livros das atas do *Circolo Italiani Uniti* de Campinas.

Finalmente, a leitura de fontes secundárias citadas nas referências, ajudaram-nos na interpretação do momento histórico considerado. Neste sentido foram visitadas: Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), Biblioteca do Memorial do Imigrante em São Paulo, Biblioteca do Centro de Memórias da UNICAMP e Biblioteca da Faculdade de Educação da USP e da UNICAMP.

1.1 Processos geradores da emigração no final do século XIX e início do XX

A partir de 1873 teve início na história do Capitalismo a fase conhecida como a da Grande Depressão evidenciando o marco divisor entre dois estágios do Capitalismo: “aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e posterior, mais embaraçado, hesitante e, diriam alguns, mostrando já as marcas de senilidade e decadência” (DOBB, 1973, p.366).

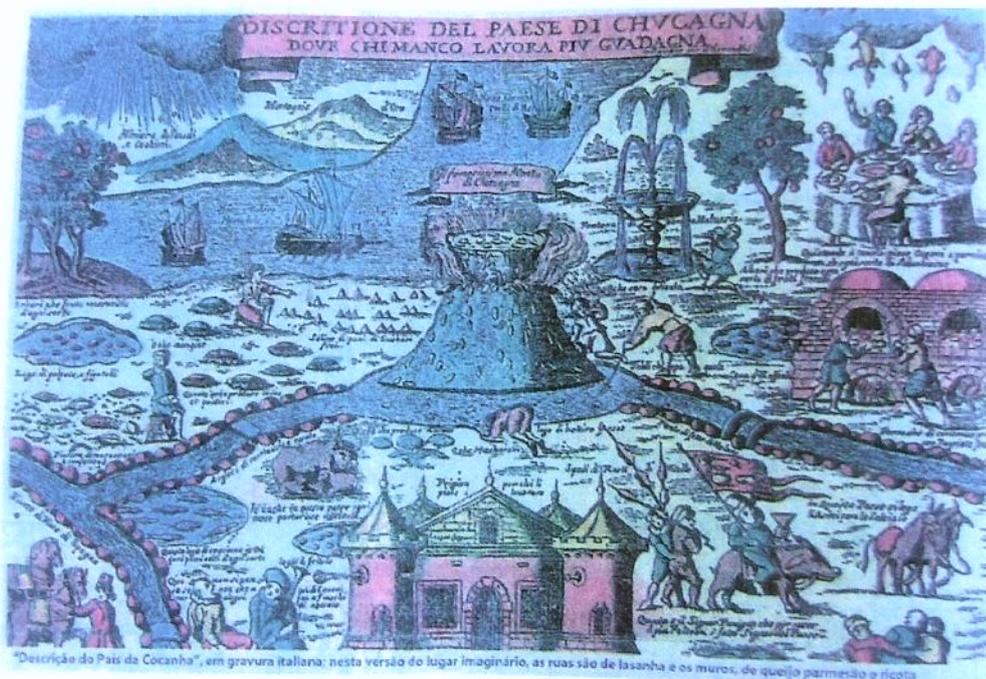
O velho Capitalismo liberal tendo à frente a Grã Bretanha mostrava naquele período os sinais de declínio perante a emergência do novo industrialismo, que já delineava uma nova etapa do Capitalismo, a protecionista. Durante esses anos de crise, os investimentos no exterior foram interrompidos após algumas aventuras como:

a bancarrota da Espanha e o não pagamento dos juros sobre a dívida turca, (...) as dificuldades financeiras em países mais ou menos amanhados pelo capital da Inglaterra, (...) como a Áustria e mais tarde a América do Sul e Rússia, causando uma paralisia abrupta do mercado para empréstimos ao exterior (DOBB, 1973, p.373).

O aumento contínuo da capacidade produtiva na década de 1880 e a expansão anterior a 1873 exerceram uma pressão sobre os preços e margem de lucros, nos anos por volta de 1885 a ponto de DOBB (1973) afirmar que os capitalistas tinham dificuldade em encontrar um bom rendimento para seu capital.

Nos anos seguintes a 1880 observa-se um certo receio, não com relação aos bens, como na época do mercantilismo, mas, com relação à capacidade produtiva. O aumento acelerado da capacidade produtiva exigia o alargamento e a consolidação de novos mercados,

Capítulo 1- A decisão pela emigração



"Descrição do País da Cocanha", em gravura italiana; nesta versão do lugar imaginário, as ruas são de lasanha e os muros, de queijo parmesão e ricota

Jornal Folha de São Paulo, Folha Ilustrada, 25/09/1998, p.13. Centro de Memória-UNICAMP.

País da Cocanha

“Ao Brasil, ao Brasil, ó boa gente,
Ao Brasil rápido correi;
O que estais fazendo nestas gélidas estepes
De inanição e pobreza todos morrereis!
Lá de leite e mel correm torrentes,
Produzir salames os pinheiros vereis
E seis estações no ano naquele tépido
Clima! Em cântaros o vinho recolhereis,
E isto é nada ainda: cada campo
(Sou homem sério, amigo, e falo a
verdade)
É cheio de gemas e de ouro cada
montanha.
Quem fala ao contrário, nada sabe
É o país o Brasil da *cuccagna*:
Eu mesmo o vi ...
estando aqui no Primeiro.
(Anônimo, La Voce Cattolica,
23/01/1887)³

³ O poema sobre o Brasil, país da Cocanha foi encontrado no microfilme MR/II/05 da Coleção Imigração Italiana organizado pela professora Zuleika Alvim, que coletou documentos italianos sobre a imigração italiana para o Brasil e encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth- UNICAMP, valendo ressaltar que a qualidade destes microfilmes já estão bastante comprometidas.

A história da emigração da Itália para a América apresenta três momentos ou etapas. O primeiro momento ocorreu a partir de 1875 até os finais do século XIX, quando a grande massa que compunha os contingentes emigrantistas era sobretudo de camponeses. Estes eram na maioria meeiros, rendeiros ou *braccianti*⁴, além dos pequenos proprietários que perderam suas terras por excesso de cargas tributárias sendo estas características válidas para o norte da Itália. A emigração é, neste período sobretudo, fruto do período pós-unitário italiano, com sua sobrecarga de taxas e impostos, aliadas a outros fatores internacionais.

Um segundo momento do processo emigrantista ocorre a partir dos finais do século XIX até 1914. De fenômeno, a mesma transformara-se em ato rotineiro, não só de camponeses, mas também artesãos e trabalhadores urbanos atingidos pela sucessão de crises econômicas que eclodiram nos países europeus nos anos que antecederam a Primeira Grande Guerra.

O terceiro momento ocorre entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. A América era a esperança de todas as classes sociais que viveram de perto os horrores do conflito mundial, em seus próprios territórios. Após 1945, a história da emigração italiana tomou rumos diferentes.

⁴ Em italiano *braccianti* significa trabalhadores braçais ou proletários rurais, segundo Michaelis Pequeno Dicionário Italiano- Português, Português-Italiano. São Paulo, Melhoramentos, 1993, p.43.

1.1 Processos geradores da emigração no final do século XIX e início do XX

A partir de 1873 teve início na história do Capitalismo a fase conhecida como a da Grande Depressão evidenciando o marco divisor entre dois estágios do Capitalismo: “aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e posterior, mais embaraçado, hesitante e, diriam alguns, mostrando já as marcas de senilidade e decadência” (DOBB, 1973, p.366).

O velho Capitalismo liberal tendo à frente a Grã Bretanha mostrava naquele período os sinais de declínio perante a emergência do novo industrialismo, que já delineava uma nova etapa do Capitalismo, a protecionista. Durante esses anos de crise, os investimentos no exterior foram interrompidos após algumas aventuras como:

a bancarrota da Espanha e o não pagamento dos juros sobre a dívida turca, (...) as dificuldades financeiras em países mais ou menos amanhados pelo capital da Inglaterra, (...) como a Áustria e mais tarde a América do Sul e Rússia, causando uma paralisia abrupta do mercado para empréstimos ao exterior (DOBB, 1973, p.373).

O aumento contínuo da capacidade produtiva na década de 1880 e a expansão anterior a 1873 exerceram uma pressão sobre os preços e margem de lucros, nos anos por volta de 1885 a ponto de DOBB (1973) afirmar que os capitalistas tinham dificuldade em encontrar um bom rendimento para seu capital.

Nos anos seguintes a 1880 observa-se um certo receio, não com relação aos bens, como na época do mercantilismo, mas, com relação à capacidade produtiva. O aumento acelerado da capacidade produtiva exigia o alargamento e a consolidação de novos mercados,

A extensão do campo de investimento e a busca dos estímulos de mercados novos para manter o equipamento produtivo em pleno funcionamento, a corrida pelas partes não desenvolvidas do globo a dividir em territórios exclusivos e mercados privilegiados, iriam tornar-se rapidamente a ordem do dia (DOBB, 1973,p. 381).

Paralelamente ao desenvolvimento industrial e financeiro ocorrido no Capitalismo europeu, espalhou-se com grande rapidez por todo o mundo o sistema marítimo e ferroviário interligando os continentes e transformando as relações que desde a segunda metade do século XIX influenciou a massa populacional de modo que cerca de 40 milhões de emigrantes deixaram a Europa e dirigiram-se para a América. CENNI (2003) nos atenta que entre 1906 e 1910 a média anual de saídas de indivíduos da Europa tinha sido de 1.4000.000 pessoas.

Sendo assim, enquanto os países europeus apresentavam um excedente populacional, a América exercia verdadeira atração para a força de trabalho. Este fluxo migratório emanado do Velho Mundo em direção aos países americanos deu um caráter especial à chamada “moderna economia atlântica”.

A situação sócio econômica um tanto instável do trabalhador europeu impelia-o a buscar outros meios que pudessem lhe oferecer melhores vantagens. Por distintas que fossem as nações a que pertenciam os emigrantes, a todos os unia uma idéia: a de erigir um novo futuro em um país livre e virgem. Sérgio Buarque de Holanda (1972, p. xix)⁵ afirma:

A primeira idéia que um mundo novo oferece ao emigrante é freqüentemente a de uma esfera de possibilidades infinitas e onde a capacidade de ação não encontrava estorvo. A aptidão para emigrar envolve, sem dúvida, tal

⁵ Prefácio à obra de Davatz, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, Martins Editora, 1972. p.XIX.

capacidade, (...) mas envolve também, a capacidade de idealizar em excesso a terra procurada, "terra prometida", criando imagens falsas e ilusórias.

1.2 Itália e o processo emigratório

A introdução do sistema capitalista de produção e a conseqüente liquidação do feudalismo, provocou sérios abalos políticos-sociais na Europa Ocidental durante o século XIX. Esse processo não foi homogêneo nos diversos países e, em casos como a Itália, provocou graves desequilíbrios regionais e sociais, causando a saída de milhares de indivíduos a procura de novas terras para se fixarem.

Para DE BONI e COSTA (1984) a conseqüência desse processo se deu ao nível do crescimento demográfico. No período de 1815 a 1914, a população européia passou de 80 para 450 milhões de habitantes, sendo que 85% dessa população rumou para as Américas. A emigração se constituiu em uma forma que os governos europeus encontraram para estabilizar o processo social.

A Unificação política na Itália, obtida em 1870, se caracterizou pela vitória do capitalismo imposto a todo o país através da construção de um Estado moderno. Trata-se de um remanejo de forças detentoras do poder, no qual a região Norte, mais desenvolvida e industrial impõe a sua necessidade de expansão frente aos mercados europeus a todas as outras regiões, principalmente o Sul, agrário e menos desenvolvido.

(...) A política oficial, depois da Unificação, agravou as desigualdades que caracterizavam os diversos Estados em que se dividia a Península até 1860, dos quais os principais eram o Reino da Sardenha, o Lombardo-Vêneto dominado pela Áustria, o Grão-Ducado da Toscana, o Estado Pontifício e o reino das Duas Sicílias ou de Nápoles, além de outros menores. As regiões do Norte eram econômica e socialmente mais adiantadas, o que se devia não só às diferentes condições naturais e históricas, mas também à existência de uma classe média mais empreendedora (IANNI, 1972, p.70).

A desestruturação maior ocorreu no meio rural devido ao esfacelamento do sistema agrário-artesanal. A penetração capitalista no campo provocou a concentração da propriedade rural e a oferta de produtos mais baratos no mercado, eliminando a concorrência do pequeno produtor. Por outro lado, altas taxas de impostos o impele ao endividamento e à conseqüente transformação desses camponeses em mão de obra para a indústria nascente.

Contribui para a crise social italiana o lento desenvolvimento industrial que impossibilitava a absorção da mão de obra crescente e, no plano internacional, soma-se a crise agrária, a “grande depressão” ocorrida entre os anos de 1873-1895 que provocaram lutas acirradas pela disputa de mercados consumidores. Dessa forma, os pequenos produtores foram os mais lesados pois, o governo oferecia facilidades econômicas beneficiando os grandes produtores agrícolas.

Enquanto isso, os minifúndios, cada vez menores, eram incapazes de garantir a sobrevivência familiar, sendo necessário arrendar outras minúsculas propriedades para sobreviver. “Em conseqüência, o pequeno produtor agrícola perdeu sua fatia no mercado interno e começou a deixar o campo, batido pelos competidores mais poderosos” (ALVIM, 1986, p.34).

O nível da população deteriora-se, há excesso de pessoas no campo e a cidade não tem condições de absorvê-las:

(...) A médio prazo parecia que a Itália teria de optar entre duas soluções: a de reformas de base, modificando principalmente o sistema fundiário e a distribuição dos encargos sociais e a revolução de cunho socialista. Em vez de uma destas alternativas, surgiu, porém, a emigração em grande escala, permitindo à classe dirigente manter e mesmo aumentar seus privilégios, enquanto os pobres rumavam, em número incalculável, para outros países, principalmente de além-mar (DE BONI E COSTA, 1984, p.53).

A emigração sempre existiu nos países europeus, a procura de melhores empregos ou em casos extremos de mudanças sociais geradas por problemas internos ou externos. Na Itália, a emigração transformou-se na solução de seus problemas conjunturais mais imediatos, tornando-se a maior fornecedora de mão de obra barata do século XX, e o Estado foi seu grande empreendedor. A emigração viabilizou o processo de consolidação do capitalismo e manteve a ordem social, deixando a Itália livre da oposição que deveria enfrentar com relação à miséria e à catástrofe social, colocadas naquele momento.

Zuleika Alvim define da seguinte forma a situação das classes subalternas:

Nas regiões em que a indústria se desenvolveu ocorreu a proletarização da mão de obra expulsa do campo. Onde o embrião industrial não vingou, deu-se a emigração temporária, obrigando pequenos e médios proprietários, para se manterem, a enviar um ou mais membros da família para trabalhar como operário ou mesmo camponês em outros países, em geral europeus; e, finalmente, a emigração definitiva, ou de “grande duração”, manifestou-se nas regiões onde os resíduos feudais acentuados impediam qualquer mudança estrutural. Neste caso, a única saída para o excedente populacional foi a diáspora (1986, p.27).

Capítulo 2- A Imigração italiana para o Estado de São Paulo



Pátio interno da Hospedaria dos Imigrantes. São Paulo, S.P. 190_. Coleção: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo/ Centro de Memória- UNICAMP.

Toda pessoa, ao emigrar, o faz envolvida por dois sentimentos opostos: a dor e a esperança. Saudade e a esperança são dois sentimentos opostos que se revezam constantemente no coração de todo ser humano. Com muito mais razão no dos imigrantes. (TOMELIM, 1986, p.16).

2.1 A expansão da cafeicultura em São Paulo e a construção de uma nova vida no Brasil

Por volta do terceiro quartel do século XIX, o vale do Paraíba deixou de ser o grande centro da riqueza cafeeira do país, deslocando-se o eixo econômico para o Oeste de São Paulo, cujas condições naturais eram bastante adequadas ao cultivo da rubiácea, topografia levemente ondulada, chuvas regulares, clima ameno e a excelente fertilidade do solo do tipo 'terra roxa'⁶. Valendo, também destacar a extensão da rede ferroviária estendida pela região, possibilitando assim, o transporte rápido e seguro do produto até seu porto escoador: Santos.

Deste modo, para HUTTER (1972) as transformações econômicas e sociais ligadas ao sistema capitalista de produção e às novas invenções técnicas instituíram externamente um mercado crescente de consumo de café, de capitais em busca de investimentos e de mão-de-obra disponível. Internamente as condições favoráveis da geografia e da qualidade do solo paulista permitiram grande intensificação no processo de derrubada da mata e na plantação de extensos cafezais.

Em São Paulo, foi a atuação dos fazendeiros que possibilitou a transição da escravidão para o trabalho livre, devido às experiências realizadas em suas fazendas com imigrantes e pelo crescente debate sobre a questão do trabalho. Era necessário encontrar um sistema de trabalho que lhes assegurasse a produtividade equivalente da escravidão.

O desenvolvimento e a organização da força de trabalho livre destinada às fazendas de café de São Paulo foi um processo ao mesmo tempo econômico determinado pelo confronto entre os interesses econômicos dos fazendeiros e a habilidade dos trabalhadores para resistir às imposições dos fazendeiros (STOLCKE, 1986, p.18).

Inicialmente, a introdução de imigrantes visava a criação de colônias voltadas para a produção de alimentos para o mercado interno e fornecimento de mão de obra barata às fazendas próximas. Esta iniciativa para MARTINS (1973) generalizou-se depois de 1850, sendo que, no período de 1829 a 1890, 108 colônias foram formadas por iniciativa pública e particular, a maior parte delas criadas no Oeste Paulista.

Inicialmente adotou-se o sistema de parceria mas logo o sistema foi substituído pelo sistema de pagamento a preço fixo do alqueire do café colhido, ou pelo sistema de salário fixo para o trato do cafezal e pagamento da colheita por alqueire a preço fixo, estipulando que os colonos ficavam sujeitos às leis relativas à locação de serviços.

No final da década de 1860, os fazendeiros foram gradualmente introduzindo novos ajustes no contrato de trabalho baseado num misto sistema de remuneração por tarefa e por medida colhida. Esse sistema era denominado colonato e que para STOLCKE (1986) garantiu aos trabalhadores uma renda fixa e independente dos rendimentos do café na medida em que procurava encorajar os trabalhadores a cuidar de um maior número de pés de café.

Uma característica importante no regime de colonato foi o trabalho familiar, empregado pelos fazendeiros para reduzir os custos por unidade de trabalho. Assim, os cafeicultores preferiam as grandes famílias, porque

quanto maior o número de trabalhadores em proporção aos consumidores em uma família, menor o custo de reprodução de cada trabalhador individual e, conseqüentemente, menor podia ser o preço da tarefa (STOLCKE, 1986, p.85).

Para os fazendeiros, conforme nos mostra HUTTER (1972) a utilização do trabalho familiar apresentava-se vantajosa devido à mão de obra suplementar barata

⁶ I. Prado Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

fornecida pelas mulheres e crianças. As esposas e filhos eram úteis quando a demanda de mão de obra na colheita do café aumentava e, durante o período de menor atividade, cuidavam do setor de subsistência, reduzindo os custos unitários da mão de obra.

Para o colono, através da cooperação familiar obtinha-se o melhor aproveitamento das oportunidades de ganho que se traduzia na maneira de constituir uma certa reserva financeira e tornar-se autônomo em relação à fazenda que os acolhia. A propriedade da terra era almejada pelos imigrantes, porém este era um processo penoso e demorado.

Em condições tidas como boas, quando os patrões pagavam pontualmente, as famílias eram numerosas, moravam nas proximidades dos centros consumidores e, por fim, se não sofressem com doenças, calcula-se que um colono precisava de quatro anos para conseguir suas primeiras economias...o imigrante demorava de oito a dez anos para chegar a pequeno proprietário (ALVIM, 1986, p.158).

Nas condições em que se processou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, nesse período, através do aliciamento de imigrantes europeus e ainda sob uma forma precária na qual os próprios fazendeiros financiavam a sua vinda, gerou condições para que os imigrantes pudessem se aproveitar dessa fragilidade do sistema a seu favor.

Inicialmente, o fato que atraía os primeiros imigrantes às fazendas de café paulistas, era a possibilidade de tornarem-se proprietários de terras após um período no cultivo de café. Esses proprietários imigrantes estavam saindo de suas terras de origem e fugindo, de certa forma, da proletarização. Portanto, trabalhar em regime de colonato significava, para o imigrante, uma forma de ainda manter o domínio sobre o seu trabalho.

2.2 Imigrantes italianos em Campinas

Os imigrantes italianos representam a maior corrente imigratória para este município, influenciando as paisagens rurais e urbanas locais.

BRITO (1969) nos mostra que na última década do século XIX, a população no município de Campinas já era numerosa e muitas vezes fora insultada reagindo a estes ataques seja respondendo as injúrias sofridas, via jornal ou mesmo saindo às ruas como a “revolução dos italianos” ocorrida em Campinas no ano de 1879.

O jornal Diário de Campinas de 27/04/1881 apresenta a seguinte notícia:

Appoggiati dalla stampa, che rappresenta per noi l'opinione pública, e dalle autorità civili, a cui la legge non fornisce armi a punire convenientemente atti si abbominevoli (...); dichiarando fin d'oggi che, non attenendo la soddisfazione richiesta non possiamo assumere la responsabilità delle dolorose conseguenze che potrebbero volgersi contro chi si vilmente e brutalmente ne offesi.⁷

Através deste exemplo percebe-se como os italianos possuíam um sentimento de patriotismo mesmo ainda não sendo numerosos em Campinas.

Muitos italianos estabelecidos no município tornaram-se comerciantes abastados sendo que estes apresentavam um grau de escolaridade elevado se comparado aos que chegaram no final do século XIX, maioria analfabetos.

Entre alguns italianos estabelecidos antes da década de 1880 pode-se citar Rocco de Marco, imigrante humilde que consegue expandir seus negócios, transformando sua loja numa casa bancária e posteriormente representou um dos militantes mais ativos

⁷ Tradução: “Apoiados pela imprensa, que representa, para nós, a opinião pública, e pelas autoridades civis, às quais a lei não fornece armas para punir convenientemente atos assim abomináveis (...); declaramos, ao fim do dia que, não atendendo satisfatoriamente a petição, não podemos assumir a responsabilidade das conseqüências dolorosas que poderão voltar-se contra quem vilmente e brutalmente nos ofendeu”. Diário de Campinas 27/04/1881, Arquivo Edgard Leuenroth.

para a criação do *Circolo Italiani Uniti* de Campinas, que será retratado no capítulo seguinte.

Desta forma, no final da década de 1880, a chegada de imigrantes italianos cresce na região campineira, fato relacionado no início da imigração subsidiada para o estado paulista a partir de 1886. As levas de italianos que chegam às estações de trem no município não apresentam similaridades com aqueles italianos que haviam se estabelecido na região nas décadas anteriores. Não se tratava mais de italianos com escolaridade e sim, famílias destinadas a trabalhar nas plantações de café, com possibilidade de se fixar no comércio urbano após o acúmulo de algum pecúlio no colonato. Porém, a maior parte destes imigrantes era analfabeta.

Embora o índice de analfabetismo fosse elevado entre estes imigrantes, percebe-se preocupação com a instrução primária, pois esta representava a possibilidade de qualificação para integração ao mercado de trabalho, especialmente no setor comercial.

Sendo assim, muitos destes imigrantes vindos para São Paulo, alocados em centros urbanos ou rurais edificaram e organizaram escolas para educação elementar destacando a criação de várias escolas por associações no interior paulista. O Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, ano 1907-1908 registra que só na capital, o número de escolas italianas entre 1887 e 1907 era de 48 escolas vinculadas à Federação das Escolas Italianas e 15 não pertencentes a essa Federação, totalizando 63 escolas com atendimento de 5.060 alunos.⁸

Vale ressaltar que os imigrantes também reivindicaram escolas para o Estado republicano. Através dos núcleos coloniais fizeram isto de modo organizado. CORRÊA (1999, p.248) ressalta que “tanto a criação de escolas quanto o acesso à escolarização

⁸ Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1908, p. 378 a 381.

elementar representaram modos de inserção sociocultural de grupos de imigrantes italianos de modo diferenciado no espaço urbano e rural”.

As escolas por eles criadas poderiam representar duas finalidades. Primeiramente a preservação dos valores da cultura italiana bem como a tentativa de inserção na nova pátria.

Porém, o que se encontra nas obras de caráter mais geral como de CENNI (2003) e TRENTO (1989) ao retratarem a temática educacional está muito vinculada a forma de enfrentar as dificuldades encontradas na nova pátria, sobretudo se levarmos em conta que muitas escolas vinculam-se às associações.

A leitura das notícias coletadas pela imprensa da época e resoluções postas nos livros das atas do *Circolo Italiani Uniti* de Campinas bem como os relatórios da Secretaria da Agricultura e a legislação paulista concernente à imigração e os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo nos sinalizaram que a educação representava uma necessidade para os italianos, seja no espaço urbano ou rural e, também, uma forma de se fazerem reconhecer na nova sociedade que estavam estabelecidos.

Capítulo 3- Iniciativas educacionais criadas pelos imigrantes italianos nos centros urbanos



Alunos da Escola do *Circolo Italiani Uniti* de Campinas. Coleção: Casa de Saúde de Campinas. s.d.

3.1 O Circolo Italiani Unti de Campinas



Fachada do *Circolo Italiani Uniti*, Campinas, SP: entre 1900-1905. Coleção Antonio Miranda. Centro de Memória-UNICAMP.

Neste capítulo procuraremos destacar e analisar as iniciativas educacionais de imigrantes italianos na região de Campinas, no âmbito da educação brasileira e de São Paulo. Buscando a significação da dimensão entre a relação Estado e educação e como essas iniciativas inserem-se nessa relação. Tais iniciativas podem ser caracterizadas tanto pela criação de escolas por associações referindo-se neste caso, a Associação *Circolo Italiani Uniti* de Campinas, quanto a reivindicações por grupo de imigrantes que se estabeleceram em núcleos coloniais bem como os que se estabeleceram nas fazendas de café.

Podemos perceber que os imigrantes italianos preocuparam-se com as questões educacionais como forma de convívio com a nova sociedade, bem como possível preservação de valores culturais de origem em se tratando das escolas criadas e mantidas pelos colonos italianos. Neste aspecto, organizaram-se para manter vivos referenciais específicos de identidade cultural, principalmente através do ensino e aprendizado da língua materna.

Para CENNI (2003) as origens de quase todas as sociedades italianas que se formaram no Brasil são bastante semelhantes, certo dia um emigrado, ou um pequeno número deles, resolve convocar uma assembléia mais ou menos numerosa, estabelece-se as linhas gerais de ação, quase sempre assistencial ou recreativa, junta-se fundos e cria-se assim, a sede própria.

Em Campinas, a idéia da fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência, lançada pelas colunas da “Gazeta de Campinas” em 13 de julho de 1873, provocou entre membros da colônia italiana, movimento e desejo de idêntico cooperativismo, principalmente em se levando em conta a corrente enorme destes imigrantes que residiam em Campinas.

Paralelo a isto, vale ressaltar que a colônia italiana sentiu-se fortemente atingida em sua dignidade quando um artigo publicado no jornal O Petiz insultou toda uma nacionalidade apontando os imigrantes italianos como um bando de falsificadores, de vadios e de ladrões, conforme nos mostra LAPA (1995). Provavelmente este incidente tenha estimulado o ideal de levar avante a criação do *Circolo Italiani Uniti* de Campinas.

Diferentemente da colônia portuguesa que fundaram a Sociedade Portuguesa de Beneficência em julho de 1873, os italianos nos anos de 1879-1880 pensam em lançar a semente de uma entidade diferente, como a fundação de uma escola para os filhos dos patrícios, também de uma casa de caridade, de benemerência para atender seus conterrâneos.

A cidade de Campinas na qual a associação *Circolo Italiani Uniti* começa a compor parte da história, é uma cidade que, a essa época apresenta um perfil bastante progressista. Apresentando-se bem desenvolvida:

em 1860, sessenta e três anos após ter sido elevada à categoria de Vila São Carlos e adquirido o direito de instalação do poder Municipal, Campinas representava um verdadeiro empório de riqueza e de civilização (ZALUAR, 1975, p.13).

Os imigrantes italianos que aportaram em São Paulo e instalaram-se em Campinas nos últimos decênios do século XIX não foram poucos. Pudemos observar na publicação *Fanfulla* na seção *Brasile e Gli Italiani*⁹ imigrantes italianos residentes em Campinas como Mancini e Tarsinato, Rocco de Marco. Russo, Luigia, Cessi e Nardelli que constituíram como parte dos dirigentes do *Circolo Italiani Uniti* de Campinas e também, representavam uma parcela significativa dos habitantes de Campinas neste período.

No dia 7 de agosto de 1881¹⁰ a cidade pela sua imprensa regular, estava informada de que às 5 horas da tarde, no Teatro São Carlos , seria celebrada com toda solenidade a inauguração do *Circolo Italiani Uniti*, sociedade de beneficência que os membros da colônia italiana resolveram fundar.

A sociedade teve seu estatuto intitulado em português, “Círculo Italianos Unidos”, aprovado pela Coletoria Municipal do Estado de São Paulo em 30 de setembro de 1881, praticamente dois meses após sua inauguração. Essa sociedade fez parte de inúmeras outras que foram criadas no município campineiro. Neste sentido:

é impressionante o número de sociedades recreativas e culturais que se multiplicam nesse período, iniciativa de amadores ou profissionais, comunidades estrangeiras ou instituições já existentes, que estendem o seu campo de ação para o lazer e as manifestações artísticas, contribuindo naturalmente para a formação e aproveitamento de talentos, gerando empregos, quando regulares, e incentivando o convívio social. Apenas para que se tenha idéia desse movimento que agita a cidade confluindo sua população e criando uma vida agremiativa, que na verdade compreende a música, o

⁹ Documento coletado da Coleção Imigração Italiana encontrado no Arquivo Edgard Leuenroth no microfilme MR11/04.

canto, o teatro, as artes plásticas e a literatura, o ensino e a política, registre-se que no período tratado foram criadas dezenas dessas entidades... (LAPA, 1995, p.142).

Pode-se dizer que a associação *Circolo Italiani Uniti* tinha, ou pelo menos se propunha a fins que iam além do caráter cultural e recreativo. Eram finalidades da associação: “a união, a instrução e o socorro mútuo entre italianos” (Capítulo 1, Art. 1º)¹¹.

No Diário de Campinas, de 7 de junho de 1884 a imprensa noticia que a escola criada pelo *Circolo Italiani Uniti* vem preencher uma lacuna existente na cidade referente a educação da colônia italiana e a necessidade que a colônia tem de possuir a associação para bem demonstrar o patriotismo que sempre exaltou. Valendo acrescentar que as lideranças italianas de Campinas buscaram, também, com a criação do *Circolo Italiani Uniti* defender a honra de uma nacionalidade, consolidar-se, conformar-se e ajustar-se dignamente na sociedade local. Pois, os imigrantes italianos que compuseram a associação representavam em sua maioria, conforme nos mostra OLIVEIRA (1994), grandes comerciantes da cidade que atendiam não somente as necessidades da região, mas também, pequenas sedes de município estabelecendo contatos com a elite da cidade de quem provinha a maior parte de suas freguesias.

Para LAPA (1995) muitos italianos como outros grupos de imigrantes estabeleceram laços com a elite de Campinas como, a partir de um certo tempo integraram a iniciativa particular avançando em todas as direções, contemplando a saúde, a educação, a religião e a cultura, o trabalho e o lazer, o esporte e a filantropia.

Diante disso, em se tratando do *Circolo Italiani* de Campinas tudo indica não haver da parte de seus criadores, a pretensão de serem exclusivamente mutuais, mesmo porque a ajuda recíproca para o caso específico desse grupo de imigrantes italianos

¹⁰ Diário de Campinas 7/08/1881, Arquivo Edgard Leuenroth.

toma maior amplitude, ultrapassando, por exemplo, a ajuda financeira, enfim, a filantropia pura e simplesmente, principalmente quando o estatuto situa a aplicação do patrimônio social “no socorro mutuo entre os sócios, em escolas para filhos dos italianos pobres, para operários adultos, e em obras de benemerência” (Cap.IV, art. 12º)¹². Neste sentido, o conceito ajuda mútua não restringe-se ao financeiro mas também ao educativo e ao cultural, incorporando o socorro principalmente o financeiro aos mais necessitados pois muitos dos imigrantes italianos que optam pela cidade não se achavam como pequenos burgueses.

Vale também destacar que a ajuda mútua pode levar a pensar numa opção entre os italianos para valorizar e preservar seus costumes e mais que isso, como modo de busca de reconhecimento desta nacionalidade pela sociedade local.

O *Circolo Italiano Uniti* de Campinas deixa de receber esta denominação, em 20 de setembro de 1942 transformando-se em Casa de Saúde de Campinas pelo Decreto – Lei nº 383 de 18/04/1938 que proibiu os brasileiros natos ou naturalizados, ainda que filhos de estrangeiros, de pertencerem a clubes e sociedades com fins culturais, beneficentes ou assistenciais fundados por imigrantes.

¹¹ Livros das Atas do *Circolo Italiani Uniti* de Campinas, Biblioteca do Centro de Memória-UNICAMP.

¹² Coleção Jolumã Brito. Pasta nº379. Biblioteca do Centro de Memória-UNICAMP.

3.2 Construção e consolidação do *Circolo Italiani Uniti*

O grupo de imigrantes italianos de Campinas que criou o *Circolo*, não se deteve somente a essa criação. Era preciso consolidá-la. Para tanto, outros mecanismos foram sendo criados no sentido de que o símbolo mais representativo da colônia italiana em Campinas fosse adquirindo maior dimensão. Neste sentido, a Câmara Municipal de Campinas, através da concessão de um terreno no largo do Riachuelo, quatro anos depois da fundação.

Foi concedido ao *Circolo Italiani Uniti* o terreno nas imediações do largo Riachuelo afim de ahi construir o seu hospital e a sua escola, tendo contudo em vista as seguintes clausulas: reverter o terreno para o municipio caso o *Circolo* não chegue a realizar os seus fins e, no caso contrário, se por qualquer motivo a sociedade se dissolver, o terreno não poderá ser alienado sem que a municipalidade seja indenmisada.¹³

Neste mesmo jornal, no dia 12/06/1884 encontramos a seguinte notícia:

Ao *Circolo Italiani Uniti* foi concedido pela municipalidade um terreno no largo do Riachuelo para a construção do seu hospital e escola.

Para o edificio o *Circolo* tem realizada a quantia superior a quatorze contos, contanto ainda com offertas espontâneas de alguns sócios que darão pedras, madeiras e tijolos.

Não há pois duvidar que em breve será levantado prédio pelo que nos congratulamos com a colônia italiana e ao mesmo tempo com a população de Campinas por contar com uma nova casa de beneficência no numero que já possue.

¹³ Diário de Campinas, 11/06/1884. Arquivo Edgard Leuenroth.

A partir daí foram desencadeadas o que podemos chamar uma série de promoções visando à construção da sede local. Foram promovidos bingos, leilões e bailes para a aquisição de recursos financeiros para a construção do *Circolo*.

Para GABRIEL (1995) no dia 20 de setembro, data comemorativa da unificação italiana e da queda do poder temporal do papa, Campinas parecia viver um feriado nacional. Os italianos residentes em Campinas prestaram uma homenagem ao seu país de origem. Desta maneira, os dirigentes do *Circolo* souberam aproveitar-se da ocasião e obter fundos para construção da sede da associação: “O baile realizado a 20 de setembro em comemoração da tomada de Roma produziu a soma de 374\$000, em benefício do *Circolo*. O Sr. G. Martinelli ofereceu 10\$000 para as escolas que o *Circolo* mantém”.¹⁴

O ano de 1887 parece ter sido o mais significativo para a construção da sede da associação através da realização de um grande leilão que mobilizou toda a cidade de Campinas. Chegamos a esta conclusão pela quantidade de anúncios encontrados no jornal Diário de Campinas retratando a divulgação de prendas e a programação do leilão. Como exemplo podemos destacar o seguinte anúncio:

em benefício do *Circolo Italiani Uniti* foram enviadas as seguintes prendas: 2 garrafas de licor, pelo Sr. Nicolau Cardoso; 1 gola e punhos de renda, pela exma. Sra. D. Fortunata B. Neves do Nascimento¹⁵; 1 porta-relogio bordado, pela menina Alzira nascimento; 1 almofada para alfinetes, pela menina Augusta Nascimento; 1 par de chinelos bordados pela menina Alice Nascimento¹⁶; um volume de Lê Grand encadernado e com estampas sobre invenções, pelo Sr. Alfredo Genoud¹⁷; 1 quadro de Ecce Homo, pela exma. Sra. D. Maria Cândida de Souza, 1 relógio de mesa pelo Sr. Leonardi Catani¹⁸; 5\$000 pelo Sr. Rocco Guazelli; 5\$000 pelo Sr. Sebastião Simi,

¹⁴ Diário de Campinas, 02/10/1886. Arquivo Edgard Leuenroth.

¹⁵ Diário de Campinas, 4/06/1887. Arquivo Edgard Leuenroth

¹⁶ Idem, 5/06/1887.

¹⁷ Idem, 11/06/1887.

¹⁸ Idem, 23/06/1887.

5\$000 pelo Sr. Augusto Benetti¹⁹, um peso para papel pelo sr. Dr. Thomas Alves Filho²⁰.

A divulgação nominal de algumas prendas recebidas para o leilão parece significar uma maneira de despertar ainda mais interesse da população pelo mesmo e também de elevação social uma vez que as pessoas que fizeram as doações tinham seus nomes divulgados.

Para o jornal, a divulgação do evento representava mais uma maneira de sensibilizar a população local para a causa dos italianos. Vejamos o trecho de uma notícia que encontramos intitulada como “O *Circolo Italiani Uniti*- Leilão de Prendas”:

Na parte que já esta construída mantém a benemérita associação escola para ambos os sexos, nas quaes, além dos filhos dos sócios, são admitidos como alumnos os orphãos nacionais e estrangeiros, que recebem instrucção.

Auxiliar uma associação que assim espalha beneficios e trata de ministrar às creanças os conhecimentos indispensáveis para a luta da vida e para no futuro se tornarem úteis a si e aos seus, é praticar uma obra meritória. (...) Quem recusará a recorrer, na medida de seus recursos, para o alívio dos que padecem ou para derramar pela infância desvalida a instrucção tão necessária para desenvolver o entendimento e inspirar-lhe o amor do bem e o horror do mal?

Felizmente o egoísmo não medra em Campinas, cuja população tem dado sempre as mais lisonjeiras demonstração de sua philantropia.

Agora que mais uma vez se offerece ensejo da população patentar a sua magnanimidade e altruísmo, ella saberá corroborar os honrosos precedentes que tanto engrandecem, concorrendo largamente para que o projetado leilão de prendas dê fructos ...²¹.

No dia 14 de agosto de 1887, data programada para a abertura e início do leilão, o jornal Diário de Campinas divulga a seguinte notícia:

¹⁹ Idem, 24/06/1887.

²⁰ Idem, 06/08/1887.

²¹ Diário de Campinas- editorial de 5/4/1887. Arquivo Edgard Leuenroth

Esta associação, que tanto honra a laboriosa colônia de Campinas, promoveu em seu favor, para o fim de levar por adiante as obras do seu edificio, um leilão de prendas que hoje deverá começar no Passeio Publico, onde para esse efeito foi erguido um pavilhão elegantissimo. (...) A prova da simpatia que inspira o *Circolo Italiani Uniti* a população de Campinas, já se tornou bem patente pela adhesão que ela prestou generosamente ao appello que lhe foi feito enviando um infinidade de objetos para o leilão.

O que pudemos perceber durante a leitura das notícias publicadas no jornal Diário de Campinas, principalmente acerca do grande leilão ocorrido no período de 14 a 21 de agosto de 1887 nos evidenciou a importância do Circolo Italiani Uniti para o desenvolvimento social da cidade de Campinas. Corrobora-se com isso, a notícia que encontramos no Diário de Campinas, de 17 de abril de 1907 a respeito do 28º aniversário da associação:

Passa hoje o 28º anniversario d'esta útil associação que tem prestado os mais relevantes serviços não so a colônia italiana, mas ainda a nossa população.

O Circolo mantém escolas gratuitas para os filhos de seus associados os quaes, quando enfermos, socorre com médicos e pharmacia, e isto da a nota de linha de benemerência em que se baseia, do amor a instrucção que ele tenta difundir amplamente.

Pela auspiciosa data cumprimentamos a digna directoria da prestante associação.

3.3 A escola do *Circolo Italiani Uniti*

A criação das escolas²² da associação “*Circolo Italiani Uniti*” fundada em Campinas em agosto de 1881²³, vincula-se a idéia de socorro mútuo. Essas escolas foram inauguradas cinco anos após a fundação da associação em 2 de maio de 1886. A compreensão sobre sua organização e funcionamento, só pode dar-se no bojo da criação e consolidação da associação, que já foi descrita anteriormente.

Importa destacar que essas escolas sobreviveram do final do Império até uma parte significativa da república, já que fecharam suas portas em 1920.

Embora, essas escolas tenham sido inauguradas, posteriormente à inauguração da associação, elas já compunham um dos objetivos da associação, constante de seus estatutos: “esta fundado em Campinas um club sob o nome de “Italianos Unidos”, cujo fim é a união, a instrução, a moralidade e o socorro mutuo entre italianos...”²⁴. Previam também os estatutos que, “chegando o fundo social a 2000\$000rs o *Circolo* manterá para os italianos de todas edades as aulas de Italiano, Portuguez, arithmetica e desenho linear (Capítulo IV, art.17)”²⁵.

Ainda encontramos na ata da associação datada de 21 de janeiro de 1885²⁶ que a diretoria do *Circolo* determina que a associação abrirá uma escola masculina e feminina para a manutenção da qual conta com os seguintes meios: subvenção do governo pátrio (20\$000 mensais) e aumento de 500 réis sobre a taxa mensal dos sócios. A escola será gratuita para todos, salvo casos como: quando o pai de família não for sócio do *Circolo*, poderá efetivar a matrícula do filho mediante o pagamento de 2\$000por mês, seja qual for o número de inscritos, poderá freqüentar as aulas, os filhos de viúvas

²² Uma classe para meninos e outra para meninas.

²³ Diário de Campinas, 24/07/1881.

²⁴ Capítulo 3, item 3.1.

²⁵ Coleção Jolumã Brito. Pasta nº379. Biblioteca do Centro de Memória-UNICAMP

reconhecidamente pobres, sendo declaradas honestas, de conformidade com os estatutos. Serão admitidas na escola as crianças que não tenham completado seis anos e abaixo desta idade mesmo que sejam aceitas, serão consideradas alunos irregulares. O material escolar viria da Itália. O número de alunos da escola não poderia exceder de 60, entre italianos e filhos de italianos, na classe masculina, e de 40 na feminina²⁷. Este número foi determinado levando-se em conta o número de alunos comuns nos estabelecimentos de Campinas

Embora a direção e os associados esperavam a abertura da escola no ano de 1885, somente no dia 2 de maio de 1886 acontece sua inauguração, ou seja, cinco anos após a fundação da associação. O principal entrave para inauguração da escola vinculou-se à não liberação dos livros vindos da Itália no porto de Santos.

No jornal Diário de Campinas de 1 de maio de 1886, encontramos a programação da inauguração da escola,

no dia 2 p.f. mes maio, rompida a aurora haverá uma salva de 21 tiros em frente ao edificio da sociedade. Ao meio dia serão franqueadas ao público as salas do estabelecimento, permanecendo abertas até as 4 horas. Durante este período serão recebidas as inscrições de alunos de ambos os sexos de qualquer nacionalidade.

Deste modo, através das lutas e entraves para a consolidação e inauguração da escola do *Circolo* pode se perceber a importância que a colônia dos imigrantes italianos de Campinas atribuía à educação. Vale ainda ressaltar que a inauguração da escola do

²⁶ Livro das atas do *Circolo Italiani Uniti*, ano de 1885. Arquivos-Centro de Memória/UNICAMP.

²⁷ Porém, o Almanach de Campinas para 1888 registra que o *Circolo Italiani Uniti* mantém duas aulas, uma para o sexo masculino com 90 alunos, e outra para o sexo feminino com 54 alunas. No Almanach para 1908 encontramos referência às escolas do *Circolo* em funcionamento na Praça Anita Garibaldi com uma secção masculina regida pelo professor Gino Pochine e uma secção feminina regida pelas professoras Adélia Cristofolletti e Livia Pizzone. Biblioteca do Centro de Memória-UNICAMP

Circolo dá-se num contexto de predomínio da iniciativa particular no campo educacional em Campinas:

Em 1870 Campinas chegou a possuir nove estabelecimentos de ensino particular com um total de quatrocentos meninos e trezentas meninas matriculadas, nas seguintes escolas: Colégio de João Batista Pupo de Moraes, Escola Malachias Guirlanda, escola da loja Fidelidade, Escola de Firmo Antonio da Silva e escola Severino Borges Martins, para meninos, Colégio Carolina Florence, Colégio Cezarino, Escola D. Antonia Eufrozina do Amaral e Escola Alemã para meninas²⁸.

Na década seguinte em 1887, existiam quatro cadeiras femininas e oito masculinas de instrução pública, superadas pelas escolas particulares: Luis de Camões, Ferreira Penteado, Ferreira Filho, Loja Independência (ligada à Maçonaria), Sociedade Confederata Italiana, Colégio Florence, Colégio Internacional, D. Ignacia, Josephina Sarmento, Sociedade Alemã de Instrução e Leitura e Escola Guirlanda²⁹.

Ressaltamos que imigrantes de diferentes nacionalidades como os alemães, Jorge Krug, Cristiano Mayer e Antonio Exel, em 1863, também fundam a Sociedade Alemã de Instrução para fins de manutenção de uma escola de primeiras letras (SOUZA, 1991).

Assim, a inauguração da escola do *Circolo* representava uma iniciativa que viria atribuir maior relevância à participação social de imigrantes italianos em Campinas. Isto levando-se em consideração, a sempre crescente necessidade por escolas e escolarização elementar colocada para a população campineira de modo geral e, nesse universo, para imigrantes em particular, pois para os imigrantes residentes no núcleo urbano, a instrução significava um meio de qualificação para integrarem-se ao mercado de trabalho, principalmente no setor de comércio, que era importante na cidade e que

²⁸ Almanach de Campinas para 1871. Organizado e publicado por José Maria Lisboa. Campinas Typographia da Gazeta de Campinas, 1870, p.8. Biblioteca do Centro de Memória da UNICAMP.

²⁹ Almanach de Campinas para 1887. Organizado e publicado por Henrique de Barcelos. Campinas Typographia da Gazeta de Campinas, 1870, p.15. Biblioteca do Centro de Memória da UNICAMP

exigia habilidades de leitura e escrita. Contribuia, assim, para minimizar a situação de demanda por educação escolar existente no Estado de São Paulo, pois o Relatório da Diretoria Geral de Estatística- Recenseamento de 1876, nos mostra que a população do país era de 8.419.672 habitantes com a desoladora cifra de 6.856.594 analfabetos³⁰.

As iniciativas educacionais criadas pelos imigrantes nos revelam uma tentativa de preenchimento de uma lacuna, que foi permitida pelo poder público, face à ausência de uma política educacional relativa à demanda por educação elementar, engrossadas pelas populações de imigrantes.

Em 1909, o Anuário de Ensino registra a existências de apenas três escolas primárias estrangeiras, atendendo um total de 272 alunos, com ensino gratuito para 98 crianças³¹. Entretanto SOUZA (1998) nos mostra que em 1917 essas escolas aparecem em maior quantidade, totalizando nove escolas que atendiam uma demanda de 467 alunos, conforme mostra a tabela abaixo, na qual verifica-se a maior presença de escolas alemãs seguidas das italianas.

³⁰ CHAIA, J. *Financiamento Escolar no Segundo Império*. Marília, São Paulo, 1965. p.42.

³¹ Apud, SOUZA, Rosa F. de. *O Direito à Educação: lutas populares pela escola em Campinas*, p.152.

Tabela 1- Escolas estrangeiras em Campinas no ano de 1917

Discriminação	Nº de alunos no curso primário	Nº de professores	Nacionalidades
Escola Mista (Alemã)	16	1	Alemã
Nova Escola Alemã	132	4	Alemã
Escola Alemã	80	1	Alemã
Escola Alemã	98	3	Alemã
Escola Alemã de instrução	36	1	Alemã
Escola Portuguesa	18	1	Portuguesa
Circolo Italiani Uniti	35	1	Italiana
Escola Italiana	13	1	Italiana
The Berlitz of Language	39	1	Italiana

Fonte: Anuário de Ensino do Estado de São Paulo. Apud, Souza, opus cit, p.153.

TRENTO (1989) nos mostra que no Brasil, em 1908, o número de escolas italianas era de 232, com 13.656 matrículas. Em 1911 já somavam 303, com 16.295 alunos matriculados. Em 1913 o número sobe para 396 com 23.323 matrículas³². Nesses mesmos anos, o Estado de São Paulo é o estado no qual se registrava a maior presença de escolas italianas. Em 1908 elas somavam 115 e em 1911, 122, totalizando 80 na capital. Em 1913 o número eleva-se para 187, sendo 121 na capital e, finalmente, 1924, diminuem para 87, com 46 na capital.

Com o debate dos republicanos calcado em aumentar as ofertas de escolas públicas para a população, qualquer iniciativa educacional, mesmo sendo de natureza particular era bem vinda, principalmente quando originada por grupos estrangeiros.

³² TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel, 1989.

Rodrigues (s.d) em *Subsídios para a História do Ensino em Campinas* nos mostra como o jornal Diário de Campinas retratou a inauguração das escolas do *Circolo Italiani Uniti*:

(...) A hora marcada no programa da festa, saíram encorporados os sócios do Circolo, alunos das suas escolas e as S.M. P. Luis de Camões, com competente estandarte. A frente a banda de musica italiana seguindo-se o estandarte do Circolo.

Depois de haver percorrido diversas ruas da cidade, dirigiu-se o prestituto para o edificio social onde tinha de realizar-se a sessão solene de abertura. (...)

Dadas por inauguradas as aulas do Circolo falou o Sr. Amador Florence, presidente da Câmara Municipal que, saudando os iniciadores e fundadores do *Circolo Italiani Uniti*, fez ver o quanto essa instituição se tornava de dia para dia mais benemérita, porquanto seus esforços aproveitavam não só seus compatriotas mas também a humanidade.

(...) saudou-se os batalhadores do bem, que, apesar de suas labutações ininterruptas têm ainda um tempo para dedicar ao seu semelhante arrancando-os das garras da ignorância e da miséria. (...)

O *Circolo* que já era grande antes de realizar esta idéia é hoje uma das instituições que mais merecem o nosso apreço e respeito.

Percebe-se, assim, que a inauguração das escolas do *Circolo* mobilizou parcela significativa da população campineira. Como também, através dos discursos exemplificados acima nota-se a preocupação e contribuição deste grupo de imigrantes no combate à pobreza e pela instrução.

Com apenas cinco anos de fundação, a associação *Circolo Italiani Uniti* encontrou no campo educacional seu momento de apogeu e de relevado reconhecimento e respeito social, contemplando classes masculinas (Figura 1) e femininas (Figura 2).



Figura 1: Classe Masculina, Escola do *Circolo Italiani Uniti*, 26/05/1906.³³



Figura 2: Classe Feminina, Escola do *Circolo Italiani Uniti*, s.d.³⁴

No dia 20 de dezembro de 1886 vieram os primeiros exames, sempre revestidos de solenidades, como era de costume em todas escolas da cidade tanto públicas com particulares. Os alunos apresentaram resultados satisfatórios nas provas de aritmética,

³³ Fonte: Essa fotografia foi retirada do caderno comemorativo dos 90 anos da Casa de Saúde de Campinas (antigo *Circolo Italiani Uniti*). (Casa ..., 1971?)

português e geografia, pelo pouco tempo que funcionava a escola. Aos alunos que se destacassem nos exames de ginástica eram oferecidos prêmios pelo presidente da banca examinadora. A Gazeta de Campinas de 21/12/1886, registra a realização desses exames destacando que os trabalhos começaram às dez da manhã e terminaram à uma hora da tarde³⁵.

No ano de 1888, os exames versam sobre: aritmética, leitura em italiano e em português, geografia e exercícios de memória para meninos e aritmética, português e italiano e doutrina contabilidade, para meninas³⁶.

Do ponto de vista do currículo, encontramos nos livros das atas do *Circolo* diferenciação no currículo escolar das meninas com a inclusão de contabilidade e supressão do ensino de geografia. O componente de contabilidade parece ter sido idealizado no sentido de corresponder às exigências das atividades domésticas ou como auxílio no trabalho comercial junto à família e na cidade.

Tanto no currículo para os meninos quanto para as meninas era comum o ensino da língua portuguesa e italiana. Isto nos permite pensar na importância da manutenção da língua materna valorizada pela colônia italiana radicada em Campinas, mas também na necessidade de aprender a nova língua para o convívio social. Enfatizamos que a língua materna sempre fora colocada em primeiro plano nestas escolas. Sendo que no final da década de 10 do século XX, a campanha de nacionalização faz com que o Governo Estadual tome uma série de medidas de controle e fiscalização das escolas estrangeiras instaladas no país, passando para a obrigatoriedade o ensino da língua vernácula e o ensino de Português. No ano de 1917 muitas escolas estrangeiras foram suspensas em todo Estado de São Paulo por não atenderem às exigências requeridas. Em

³⁴ Fonte: Essa fotografia foi retirada do caderno comemorativo dos 90 anos da Casa de Saúde de Campinas (antigo Circolo Italiani Uniti). (Casa ..., 1971?).

³⁵ Gazeta de Campinas, 21/12/1886 – Arquivo Edgard Leuenroth.

³⁶ Diário de Campinas 19/12/1888- Arquivo Edgard Leuenroth

Campinas, a Escola Alemã de Instrução e Leitura teve suas portas fechadas por não obedecer tal regulamento. Não encontramos nenhum registro que a escola do *Circolo Italiani Uniti* tenha sido fechada.

A escola do *Circolo* teve uma trajetória longa. Foram trinta e quatro anos de existência, de sua fundação em 1886 até o fechamento de suas portas em 13 de setembro de 1920³⁷.

O fechamento da escola do *Circolo* no ano de 1920 é resultado da campanha da nacionalização da língua portuguesa nas escolas estrangeiras. Nesta escola priorizava-se o ensino da língua italiana, colocando-se o ensino da língua portuguesa em segundo plano, mas como a partir de 1910 intensifica-se o nacionalismo, a diretoria da escola decide com os seus dirigentes pelo fechamento da escola e o direcionamento da associação à área de assistência médica.

³⁷ Brito, Jolumã. *História de Cidade de Campinas*. Campinas, São Paulo, 1969.

Capítulo 4- Iniciativas educacionais criadas pelos imigrantes italianos nos centros rurais



Escola³⁸ e diversas culturas. Núcleo Colonial Nova Odessa, Campinas, São Paulo, entre 1905-1910. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Centro de Memória-UNICAMP.

³⁸ A escola encontra-se à esquerda e ao fundo da imagem.

4.1 Núcleos coloniais paulistas

Para PRADO JR. (1967) a instalação dos imigrantes na zona rural processa-se de um lado, pelo primitivo sistema de colonização, que localizava os imigrantes em pequenas propriedades, agrupadas em núcleos e, por outro, à imigração subvencionada, com recrutamento e fixação dos imigrantes na lavoura, para resolver os interesses diretos dos grandes proprietários, necessitados de mão-de-obra para o cultivo de suas terras. Para este autor, particularmente em São Paulo, onde a grande lavoura teve domínio absoluto, não se cuidou da organização de núcleos coloniais em escala apreciável.

Pierre MONBEIG (1984) mostra que desde o Império foram criados centros de colonização em São Paulo, sendo que apenas um, dentre eles, localizou-se nas regiões novas do café, o núcleo Senador Antonio Prado, fundado no ano de 1887, em Ribeirão Preto. Este autor caracteriza a experiência dos núcleos coloniais paulistas como limitadas e que somente a partir de 1905, por iniciativa de Carlos Botelho, os núcleos coloniais assumem uma nova característica. Vale ressaltar que neste período são criados os núcleos de Nova Odessa, Nova Europa, Gavião Peixoto, dentre outros.

A distinção das antigas colônias vincula-se principalmente quanto sua localização, servidas de ferrovias e a fertilidade do solo. Valendo ressaltar que estes núcleos eram próximos as grandes fazendas de café, constituindo-se de reservatórios de mão de obra para a lavoura cafeeira, corroborando-se assim com PETRONE (1985) que vê a questão da imigração européia para São Paulo como provimento de braços para as grandes fazendas de café,

a pequena propriedade devia funcionar como isca para atrair imigrantes ou como reservatório de mão-de-obra, aparecendo a iniciativa oficial, e, muitas vezes, em decorrência da desagregação do sistema latifundiário, devido à decadência dos cafezais em áreas velhas, na retaguarda da frente pioneira (PETRONE, 1985, p.93).

BEIGUELMAN (1978) retrata os núcleos coloniais como “viveiros de trabalhadores para a grande lavoura”. (p.59)

Para STOLCKE (1986) a introdução do trabalho livre na agricultura em São Paulo, em meados do século XIX, se fundamentou desde o início na preferência dos cafeicultores de contratar mão-de-obra em unidades familiares que implicava em organização familiar entre os trabalhadores, enfatizando uma cooperação entre os membros da família e a autoridade do marido/pai em seu interior.

Para ALVIM (1986) o trabalho familiar garantia maior exploração de todo o grupo por parte do fazendeiro, porém, para os imigrantes italianos, o trabalho familiar aparece como a única opção de fugir da proletarização vivenciada no seu país de origem.

4.2. Escolas para os imigrantes instalados no meio rural

A pretensão de oferta educacional nos núcleos coloniais por parte do poder público durante o Império foi contemplada pela lei estadual nº28, de 29 de março de 1884, que previa a criação de uma cadeira mista de instrução primária em cada núcleo colonial³⁹ e mais tarde no Regulamento para o Serviço de Imigração do Estado de São Paulo de 30 de agosto de 1887.

O núcleo colonial Barão de Jundiá, criado pela Resolução Estadual nº 34, de 26 de março de 1887, exemplifica claramente o não cumprimento das leis em sua totalidade, pois neste núcleo numa população de 678 habitantes, 503 eram analfabetos⁴⁰. Sendo que o funcionário numa visita a este núcleo solicita à Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo, a criação de um distrito de paz e a aquisição por construção ou compra, na sede do referido núcleo, de uma casa para escola⁴¹. Vale ater que a solicitação pelo funcionário data de 1892, ou seja, cinco anos após a criação do núcleo, não havia neste uma escola, mesmo com o elevado índice de analfabetismo da população neste núcleo.

Para RIBEIRO (1990) a falta de um sistema escolar público capaz de prover as áreas rurais que estavam sendo colonizadas obrigou os colonos a tomarem outras iniciativas na criação de escolas. Em muitos núcleos a escolarização iniciou-se com escolas particulares isoladas, sob a regência de colono mais instruído ou que tivesse tido alguma experiência escolar na Itália. Isto contraria a afirmação:

³⁹ FRATTINI, Jurandy de Andrade. *Index legis, por Jurandy de Andrade Frattini & Mario Ithamar Montagnini*. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991.

⁴⁰ Relatório da Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração de São Paulo. Arquivo do Estado de São Paulo, ano 1887.

⁴¹ Relatório de Secretário de Negócios da Agricultura do Estado de São Paulo, de 18/10/1892. Arquivo do Estado de São Paulo.

de que tanto os colonos das fazendas quanto os habitantes das colônias do sul e núcleos coloniais do sudeste, não valorizavam a escola porque eram em sua maioria analfabetos e principalmente por desejarem alcançar boas condições econômicas para viver, para quem interessava muito mais trabalho do que escola (PETRONE, 1990, p. 603-604).

Na mesma perspectiva, DEMARTINI e ESPÓSITO (1989) consideram que não se pode afirmar que a escola fosse vista apenas como uma forma de preservar os costumes escolares da terra de origem, pois sabe-se que grande parte dos imigrantes que vieram para o Brasil eram analfabetos, ou seja, não haviam freqüentado escola em seu país de origem.

Neste sentido encontramos um requerimento publicado no Diário de Campinas de 17 de dezembro de 1888, direcionado ao Conselho Municipal de Instrução Pública de Jundiaí, em que os colonos instalados no núcleo colonial Barão de Jundiaí solicitam medidas ao poder público para a criação de uma escola de instrução pública para seus filhos.

BONILHA (1970) mostra que as escolas dos núcleos coloniais serviam não só aos descendentes e imigrantes jovens, mas também às crianças brasileiras.

No Estado de São Paulo, na Primeira República através do decreto estadual nº 1.458 de 10 de abril de 1907 nota-se também, garantia de instrução aos filhos de colonos em escolas públicas. A lei nº 1.185, de 16 de dezembro de 1909, estabelecia a criação de 30 escolas rurais para servirem aos centros agrícolas, com intuito de educar os filhos dos imigrantes, porém foram alocadas e providas somente duas. Sendo assim, percebe-se que muitas das determinações estabelecidas pelas leis deixaram de ser cumpridas em sua totalidade, fazendo com que os imigrantes organizem espaços

educativos escolares, pois mesmo quando existiam enquanto oferta do Estado, não foram suficientes para atender às necessidades existentes naqueles locais.

Um requerimento enviado à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, datado de 19 de novembro de 1909⁴², pelos colonos do Núcleo Colonial de Nova Odessa ilustra novamente, a reivindicação dos colonos ao Estado para a instrução de seus filhos frisando que o número de crianças em idade escolar é muito maior do que o apresentado na estatística do Relatório da Inspeção de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo.

Para RIBEIRO (1990) a escola para os colonos representava a possibilidade do domínio da língua portuguesa, ampliando a possibilidade de relações sociais e comerciais com outros grupos, particularmente aqueles que representavam o poder público.

Estas reivindicações dos colonos revelam o descompasso entre o que se propunha e o que realmente se fazia em relação a demanda crescente por escolarização em todo o Estado de São Paulo nesse período. Quando havia escolas públicas estas não eram suficientes para atender a população em idade escolar.

HUTTER (1986 e 2001) enfatiza a atenção em relação às iniciativas educacionais de colonos que por volta de 1911, no núcleo colonial Gavião Peixoto havia 78 crianças em condições de freqüentar escola, sendo que os próprios colonos se reuniram para fundar uma associação educadora, devendo cada sócio contribuir com a mensalidade de 3\$000rs para o custeio de livros, papel, tinta, penas e com o excedente constituía-se um fundo de beneficência, que auxiliaria as crianças sem recurso. Os colonos deste núcleo contataram o governo e este se comprometera a colaborar com 150\$000rs para pagamento dos honorários do professor. Isto deixa claro que os

⁴² Arquivo do Estado de São Paulo.

imigrantes compreendiam a necessidade educativa necessária às crianças que residiam nos núcleos coloniais.

Os imigrantes que se estabeleceram nas fazendas de café também vivenciaram os mesmos problemas educacionais dos colonos instalados nos núcleos coloniais. Mesmo com o estabelecimento da lei de 1892, que estabelecia, que o ensino primário corresponderia em dois cursos preliminar e complementar, sendo o preliminar obrigatório para ambos os sexos até idade de 12 anos e começaria aos 7 anos. As oportunidades educacionais no nível elementar oferecidas pelo estado na zona rural não fora contemplada pela falta de professores que, quando existiam, relutavam em ir para os centros menores e para o campo.

Na cidade de Santa Bárbara d'Oeste pudemos notar claramente esta situação nos jornais pesquisados. O jornal O Barbarense, do dia 1 de julho de 1900 registra a seguinte notícia: “ Sendo o ensino público em nosso Estado um dos melhores d'entre todos os mais do Brazil, assim há uma lacuna a preencher, é a falta de professores e o modo do ensino adoptado nas escolas isoladas que, não pôde ser aperfeiçoado como é feito nas escolas modelos e grupos escolares. Nas escolas isoladas o professor só encontra dificuldades e despesas a fazer”.

Outro fato que merece destaque refere-se a frequência com que os inspetores escolares ao visitarem as escolas isoladas verificavam o grande número de escolas “vagas” (sem professor), principalmente nos bairros rurais. Isto também foi facilmente constatado por nós em nossas consultas aos jornais desta cidade⁴³.

SOUZA (1998) nos mostra que embora as escolas públicas tenham se constituído numericamente no sistema de educação formal mais acessível às classes populares, essa população empreendeu iniciativas próprias no sentido de obter instrução

⁴³ No periódico O Trabalho do dia 15/08/1909, encontramos a seguinte nota: Acham-se vagas as escolas mixtas dos bairros Invernada e Santo Antonio do Sapezeiro.

para seus filhos. O grande número de escolas estrangeiras atesta esta evidência. Além das escolas mantidas pelo movimento operário, existiam inúmeras escolas particulares que atendiam filhos de trabalhadores.

Vale ainda ressaltar que quando havia escolas nos núcleos coloniais ou nas fazendas de café, muitas vezes os filhos dos imigrantes não conseguiam participar das aulas devido o excesso de trabalho. Isto pode ser facilmente exemplificado no núcleo colonial de Nova Odessa, na escola “Paraíso” entre 1917 e 1920, na qual encontramos registros feitos pela professora⁴⁴ que demonstraram as dificuldades dos filhos dos colonos em participarem das aulas devido ao excesso de trabalho em seus lotes, à invasão de gafanhotos que fazia com que as crianças ficassem nas plantações para evitar ataques e para que fossem efetuadas as colheitas de algodão e arroz. Igualmente era tarefa comum que as crianças fossem para escola, além de cansadas, com rostos e roupas sujas. Isto evidencia que a conciliação da educação e das tarefas agrícolas realizadas pelas crianças nos núcleos coloniais representava um desafio.

Nos relatos desta mesma professora verificamos que as atividades comemorativas desenvolvidas na escola eram bastante exaltadas pelos alunos, buscando tornar o imigrante parte da nação brasileira. Este fato retrata a preocupação dos encarregados da educação do Estado de São Paulo em assimilar este contingente populacional de estrangeiros ao nosso meio. Encontramos no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1917 algumas preocupações com a educação do imigrante no meio rural:

⁴⁴ Livro de chamada da “Escola Paraíso”, período de 1917 a 1920, Arquivo do Estado de São Paulo, encadernado nº 78.

(...) a educação, pois do imigrante, sobre ser uma questão pedagógica, é ainda e mais um problema social de máxima importância para o nosso progresso econômico e aperfeiçoamento moral, problema cuja resolução compete ao perseverante trabalho das nossas escolas (...). Os imigrantes que se estabelecem nos campos e nas fazendas, distantes dos centros urbanos, vivem, crescem e prosperam na completa ignorância da língua, dos usos e costumes, dos nossos recursos, inteiramente estranhos à vida social e política do país que lhes dá hospitaleiro agasalho e fartura (p.129-131).

Sendo assim, é notável que a política educacional do Estado de São Paulo se orientou, desde o princípio do século XIX, no sentido de oferecer um ensino elementar mais longo e eficiente na capital e nas cidades, enquanto na zona rural ficava desprovida ou quando oferecido o ensino apresentava-se muito precário.

Percebe-se assim, que a implantação da rede educacional em São Paulo no primeiro período republicano voltou-se às populações urbanas em detrimento das residentes em áreas rurais as quais, embora majoritárias, eram justamente consideradas, nesta época avessas à educação escolar.

5. Considerações Finais

Durante o percurso da realização da pesquisa através das fontes, sejam primárias e/ou secundárias percebemos que o Estado de São Paulo não estava preparado para receber e fixar os imigrantes que aqui aportaram e se dirigiram para os centros urbanos, as fazendas de café ou núcleos coloniais, pois o governo do período estudado era representado por homens, herdeiros da tradição escravocrata que em momento algum, constroem mecanismos que possibilitam reconhecer o imigrante italiano diferentemente do elemento escravo.

A defesa do ensino da língua italiana nas escolas criadas por estes imigrantes nos fazem questionar que talvez pelo modo que foram recebidos pela sociedade brasileira, como extensão do escravo, os imigrantes descobrem-se como italianos no Brasil e por isso defendem sua nacionalidade através da escola e associações por eles criadas. Neste sentido, a criação do *Circolo Italiani Uniti* de Campinas parece vincular-se a criação de condições favoráveis para a permanência dos imigrantes em nosso país.

Tanto nas fazendas quanto nos núcleos coloniais pudemos perceber o grande interesse dos imigrantes pela questão educacional no Brasil mesmo que a grande maioria fosse analfabeta, reivindicaram ao Estado de São Paulo o direito de instrução aos seus filhos. Notamos que estes imigrantes buscaram e lutaram para educar seus filhos. Essa constatação acabou nos mostrando que as generalizações feitas na escassa historiografia sobre educação de imigrantes italianos não se sustenta, pois mesmo sendo a grande maioria composta por analfabetos, o que vimos foi uma luta para educar seus filhos. Os documentos encontrados permitiram uma avaliação das condições do Estado, das queixas e reivindicações por parte dos imigrantes com relação a questão educacional

que tiveram peso considerável nesta análise, pois aí reside o confronto de anseios e esperanças entre imigrantes, fazendeiros e autoridades do governo.

As contingências sociais e econômicas vivenciadas por imigrantes tanto nas cidades, como nos núcleos coloniais, possibilitaram-lhes, por um lado, criar iniciativas educacionais numa tentativa de preenchimento de uma lacuna permitida pelo poder público face à ausência de política educacional num período em que as exigências pela educação elementar são engrossadas pelas populações imigrantes.

Gostaríamos de ressaltar que constatamos que no Brasil, em 1908 o número de escolas italianas era de 232, com 13.656 matrículas, em 1911 já somavam 303, com 16.295 alunos matriculados, em 1913 o número sobe para 396 com 23.323 matrículas⁴⁵. Nesses mesmos anos, o Estado de São Paulo é o estado no qual se registrava a maior presença de escolas italianas. Em 1908 elas somavam 115, e em 1911, 122 totalizando 80 na capital. Em 1913 o número eleva-se para 187 sendo 121⁴⁶. Estes números nos revelam mais uma vez, a importante contribuição que os imigrantes italianos nos legaram na criação de iniciativas educacionais para seus filhos, mas por outro lado, através da historiografia sobre a imigração italiana e sua educação, bem como através das fontes, nos evidencia que pouco sabemos acerca destes empreendimentos realizados no campo educacional por esse segmento de imigrantes no Brasil. Espera-se, assim, com este estudo contribuir para a reafirmação que a história da educação brasileira não foi construída somente por medidas governamentais e sim por uma diversidade de sujeitos, dentre eles, os italianos.

Vale ainda, ressaltar que dificuldades vivenciadas pelos imigrantes italianos no solo brasileiro, como falta de assistência médica e falta de sistema escolar dentre outras pode ser um dos motivos que levaram tantos imigrantes a “sonharem” com a emigração.

⁴⁵ TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel, 1989.

⁴⁶ Idem.

FRATTINI, Jurandyr de Andrade. *Index legis, por Jurandyr de Andrade Frattini & Mario Ithamar Montagnini*. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991.

GABRIEL, Maria Cristina Chiaradia. *Além das fronteiras do colonato (O ajustamento da coletividade italiana à sociedade local campineira durante a grande imigração: 1886-1920)*. Dissertação de Mestrado. Campinas/SP. IFCH/UNICAMP, 1995.

HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contactos do imigrante com o Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1972.

HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo migratório*. São Paulo: Editora da USP, 1986.

_____. *Considerações sobre a imigração em São Paulo nos séculos XIX e XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade, os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo, EDUSP, 1995.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Polis, 1984.

MORTARA, Giorgio. A imigração italiana no Brasil e algumas características demográficas do grupo italiano em São Paulo. *Revista Brasileira de Estatística*, São Paulo, n. 42, p-323-336, 1950.

OLIVEIRA, Arlanch Martins de. Italianos no interior e São Paulo por volta do século XX. *História*. São Paulo, v.13, 1994.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1985.

PETRONE, Pasquale. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. In: DE BONI, Luis Alberto de (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

RIBEIRO, Liane Beatriz Moretto. Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto de (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

RODRIGUES, João Lourenço. *Subsídios para a História do Ensino em Campinas*. s.d.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Classes Populares e Educação Popular na Primeira República*. 1991. Dissertação (mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SOUZA, Rosa Fátima de. *O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP/ Centro de Memória UNICAMP, 1998.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital 1850-1980*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

TOMELIM, Victor. *Pedagogia do Silêncio: o tamanho do medo*. Campinas: Papyrus, 1986.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel, 1989.

ZALUAR, Emílio Augusto. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 1975.